

1. Comunidade e cidade.

Observamos que toda a cidade é uma certa forma de comunidade ⁽¹⁾ 1252a
e que toda a comunidade é constituída em vista de algum bem. É que,
em todas as suas acções, todos os homens visam o que pensam ser o bem.
É, então, manifesto que, na medida em que todas as comunidades visam
algum bem, a comunidade mais elevada de todas e que engloba todas as 5
outras visará o maior de todos os bens. Esta comunidade é chamada
'cidade', aquela que toma a forma de uma comunidade de cidadãos.

Não pensam bem os que pretendem que as funções de um governante,
de um rei, de um senhor de uma casa, e de um senhor de escravos são
uma e a mesma coisa, como se não existisse uma grande diferença entre
uma grande casa e uma pequena cidade; é que imaginam que essas
diversas formas de autoridade apenas diferem no maior ou menor número
de subordinados, mas não na qualidade. Se, por exemplo, um homem 10
governa pouca gente, é um senhor de escravos; se governa várias pessoas,
é um senhor da casa; e se governa ainda mais, terá a função de rei ou
de governante. E em relação ao rei e ao governante consideram que,
quando um homem controla pessoalmente, tem a função de rei; quando,
conforme as regras da ciência política ⁽²⁾, toma a função ora de mandar 15
ora de obedecer, é um governante. Mas tais asserções são falsas. A
questão tornar-se-á clara se examinarmos o problema de acordo com o
processo de investigação que seguimos até agora.

É que, tal como nas outras ciências temos de analisar um composto
até aos seus elementos mais simples (que são as mais pequenas partes
do todo) assim também examinaremos as partes componentes de uma 20
cidade, vendo melhor como as diversas formas de autoridade diferem
entre si, compreendendo de modo positivo cada uma das funções men-
cionadas.

2. Origem da cidade: casal, família, aldeia.

Neste, como noutros domínios, obteremos a melhor apreciação das coisas se olharmos para o seu processo natural⁽³⁾, desde o princípio. Em primeiro lugar, aqueles que não podem existir sem o outro devem formar um par. É o caso da fêmea e do macho para procriar (e isto nada tem a ver com uma escolha já que, como nos animais e nas plantas, a necessidade de progenitura é, em si, um facto natural); é ainda o caso daquele que, por natureza, manda e daquele que obedece, para segurança de ambos. É que quem pode usar o seu intelecto para prever, é, por natureza, governante e senhor, enquanto quem tem força física para trabalhar, é governado e escravo por natureza. Assim, senhor e escravo convergem nos interesses.

Assim, é a natureza que diferenciou fêmea e escravo⁽⁴⁾. A natureza nada produz segundo o modo mesquinho dos fabricantes de facas de Delfos, mas destina cada coisa para um único uso; é que cada ferramenta será mais eficaz se servir apenas para uma função, e não para várias. Os bárbaros, não obstante, atribuem à mulher e ao escravo a mesma condição porque não possuem quem mande por natureza e a respectiva comunidade torna-se na de um escravo e de uma escrava. Por isso, como dizem os poetas, assumindo que bárbaro e escrava são idênticos por natureza, “*é justo que os gregos deveriam dominar os bárbaros*”.⁽⁵⁾

Assim, foi destas duas comunidades que a família surgiu primeiro, e Hesíodo está certo ao dizer na sua poesia “*a casa primeiro que tudo, mulher e boi para o arado*”⁽⁶⁾; com efeito, o boi é o servo do homem pobre. Assim, a família é uma comunidade formada de acordo com a natureza para satisfazer as necessidades quotidianas; e aos seus membros chama Carondas “*companheiros de messe*” e Epiménides de Creta, “*comensais*”.

Por outro lado, a aldeia é a primeira comunidade formada por várias famílias para satisfação de carências além das necessidades diárias. A aldeia parece ser por natureza e no mais elevado grau, uma colônia de lares; segundo alguns autores, os seus membros são filhos do mesmo leite, e filhos dos filhos. Esta é a razão pela qual as cidades foram primeiro governadas por reis como o são ainda hoje as tribos; porque cidades e tribos resultaram da união de indivíduos submetidos ao domínio régio. Tal como toda a família está sob o domínio do membro mais velho, assim também sucede nas colônias devido ao parentesco entre os seus membros. É o que diz Homero: "*Cada um dita a lei aos filhos e às mulheres*" (7) visto que [os Cíclopes] viviam dispersos em tempos remotos. Por esta razão, também, todos os homens dizem que os deuses são governados por um rei, porque os próprios homens foram originariamente governados por reis e alguns ainda o são. Tal como os homens modelam os deuses à sua imagem, também lhes atribuem um modo de vida.

A cidade, enfim, é uma comunidade completa, formada a partir de várias aldeias e que, por assim dizer, atinge o máximo de auto-suficiência. (8) Formada a princípio para preservar a vida, a cidade subsiste para assegurar a vida boa. (9) É por isso que toda a cidade existe por natureza, se as comunidades primeiras assim o foram. A cidade é o fim destas, e a natureza de uma coisa é o seu fim, já que, sempre que o processo de gênese de uma coisa se encontre completo, é a isso que chamamos a sua natureza, seja de um homem, de um cavalo, ou de uma casa. Além disso, a causa final, o fim de uma coisa, é o seu melhor bem, e a auto-suficiência é, simultaneamente, um fim e o melhor dos bens.

Estas considerações evidenciam que uma cidade é uma daquelas coisas que existem por natureza e que o homem é, por natureza, um ser vivo político. (10) Aquele que, por natureza e não por acaso, não tiver

cidade, será um ser decaído ou sobre-humano, tal como o homem condenado por Homero como “*sem família, nem lei, nem lar*” (11); porque 5
aquele que é assim por natureza, está, além do mais, sedento de ir para
à guerra, e é comparável à peça isolada de um jogo. (12)

A razão pela qual o homem, mais do que uma abelha ou um animal gregário, é um ser vivo político em sentido pleno, é óbvia. A natureza, conforme dizemos, não faz nada ao desbarato, e só o homem, de entre todos os seres vivos, possui a palavra. Assim, enquanto a voz indica 10
prazer ou sofrimento, e nesse sentido é também atributo de outros animais (cuja natureza também atinge sensações de dor e de prazer e é capaz de as indicar) o discurso, por outro lado, serve para tornar claro o útil e o prejudicial e, por conseguinte, o justo e o injusto. É que, perante os outros seres vivos, o homem tem as suas peculiaridades: só ele sente o bem 15
e o mal, o justo e o injusto; é a comunidade destes sentimentos que produz a família e a cidade.

Além disso, a cidade é por natureza anterior à família e a cada um de nós, individualmente considerado; é que o todo é, necessariamente, anterior à parte. Se o corpo como um todo é destruído, não 20
haverá nem pé nem mão, excepto por homonímia (13), no sentido em que falamos de uma mão feita de pedra: uma mão deste género será uma mão morta; tudo é definido segundo a sua capacidade ou função. Ora, todas as coisas definem-se pela sua função e pelas suas faculdades; quando já não se encontram operantes não devemos afirmar que são a mesma coisa, mas apenas que têm o mesmo nome. É evidente 25
que a cidade é, por natureza, anterior ao indivíduo, porque se um indivíduo separado não é auto-suficiente, permanecerá em relação à cidade como as partes em relação ao todo. Quem for incapaz de se associar ou que não sente essa necessidade por causa da sua auto-suficiência, não faz parte de qualquer cidade, e será um bicho ou um deus.

É decerto natural a tendência que existe em todos os homens para 30
formar uma comunidade deste género, mas quem primeiro a estabeleceu foi causa de grandes benefícios. Tal como o homem é o melhor dos

animais quando atinge o seu pleno desenvolvimento, do mesmo modo, quando afastado da lei e da justiça, será o pior. A injustiça armada é, efectivamente, a mais perigosa; o homem nasceu com armas que devem servir a sabedoria prática e a virtude ⁽¹⁴⁾ mas que também podem ser usadas para fins absolutamente opostos. É por isso que o homem sem virtude é a criatura mais ímpia e selvagem, e a mais grosseira de todas no que diz respeito aos prazeres do sexo e da alimentação. ⁽¹⁵⁾ A justiça é própria da cidade, já que a justiça é a ordem da comunidade de cidadãos e consiste no discernimento do que é justo. ⁽¹⁶⁾

35

3. A economia e as suas partes: Teoria da escravatura.

Agora que é claro quais as partes que compõem a cidade, é fundamental falar da administração da casa em primeiro lugar, já que toda a cidade é composta por várias famílias. A administração da casa divide-se em tantas partes quantos os membros que formam a própria família que, desde que completa, é constituída por escravos e homens livres. Mas como temos de investigar cada coisa na sua altura própria, a partir dos elementos mais pequenos; e como as primeiras e mais pequenas partes da família são senhor e escravo, marido e mulher, pai e filhos, teremos de examinar o que é cada uma destas três relações e o que ela deveria ser, a saber: a capacidade de ser senhor, “de ser marido” (não existe termo próprio para a união de um homem com uma mulher) e a capacidade de procriar (que também não possui um nome próprio).

1253b

5

10

Admitamos estas três relações mencionadas. Há ainda um outro elemento que segundo alguns, se confunde com a administração da casa e que, segundo outros, até constitui a sua parte mais importante. A nossa tarefa consiste em considerar o papel do que é chamado ‘a arte de adquirir bens’. ⁽¹⁷⁾

Em primeiro lugar tratemos do senhor e do escravo ⁽¹⁸⁾, a fim de indagar as necessidades indispensáveis da existência e, simultaneamente, saber se podemos alcançar sobre tal relação um conhecimento mais exacto do que é corrente. Alguns supõem que o ofício de senhor é uma ciência e

15

57

que o governo da casa, do senhor, do político, e do rei são o mesmo, conforme dissemos no início; outros supõem que ser senhor é contrário à natureza porque é a convenção que torna um homem escravo e outro livre; como, segundo a natureza, em nada diferem, esta diferença é injusta na medida em que resulta da força. 20

4. Teoria da escravatura (continuação).

A propriedade é uma parte da família, e a arte de adquirir bens uma parte da administração da casa, já que sem os bens de primeira necessidade não só não se pode viver como não se pode viver bem. E tal como na administração da casa, à semelhança do que sucede em artes específicas (19), é necessário dispor de instrumentos próprios para a tarefa que tem de ser desempenhada, assim também quem estiver à frente do governo da casa deve ter os seus instrumentos, uns inanimados, e os outros animados (por exemplo, para o timoneiro o leme é um instrumento inanimado, e o vigia um animado, pois nas diferentes profissões, um ajudante pertence à categoria dos instrumentos). Assim também, a coisa possuída é um instrumento para viver e a propriedade consiste num conjunto de instrumentos; o escravo é uma espécie de propriedade viva e todo o ajudante é como que o primeiro de todos os instrumentos. Se cada instrumento pudesse desempenhar a sua função a nosso mando, ou como que antecipando-se ao que se lhe vai pedir — tal como se afirma das estátuas de Dédalo ou dos tripés de Hefesto acerca dos quais o poeta diz “*movendo-se por si mesmas entram na assembleia dos deuses*” (20), e se, do mesmo modo os teares tecessem sozinhos, e se as palhetas tocassem sozinhas a cítara, então os mestres não teriam necessidade de ajudantes nem os senhores de escravos. 25 30 35 1254a

Em qualquer caso, os instrumentos propriamente assim chamados são instrumentos de produção, enquanto uma propriedade é um instrumento de acção. De um tear provém algo mais do que o seu simples uso, de uma camã ou de um adorno apenas o seu uso. Além disso, como a produção e a acção diferem em género e ambas necessitam de 5

instrumentos, a diferença entre os instrumentos deve ser também a mesma. A vida é acção, e não produção, pelo que o escravo é um ajudante a incluir entre as coisas que promovem a acção.

O termo 'propriedade' emprega-se do mesmo modo que o termo 'parte'; a parte não é apenas parte de outra coisa mas também lhe pertence inteiramente. Assim também sucede com a propriedade. Do mesmo modo, assim como o senhor somente o é enquanto senhor do escravo, mas não lhe pertence, o escravo não é apenas escravo do seu senhor; pertence-lhe inteiramente.

10

Estas considerações tornam evidente o que são a natureza e a faculdade de ser escravo: aquele que, por natureza, sendo humano, não pertence a si próprio mas a outrem, é escravo por natureza. Um ser humano pertence a outro se, apesar de humano, for um objecto de propriedade; e uma propriedade é um instrumento destinado à acção e com existência autónoma.

15

5. Homens livres e escravos.

Temos de considerar se existem ou não homens que, por natureza, tenham índole de escravo, e se é melhor ou mais justo serem assim, ou se pelo contrário, toda a escravidão é contrária à natureza.

Não apresenta qualquer dificuldade uma investigação teórica destas questões nem tão pouco conhecê-las a partir do que acontece. Governar e ser governado são coisas não só necessárias mas convenientes, e é por nascimento que se estabelece a diferença entre os destinados a mandar e os destinados a obedecer. Existem muitas modalidades de governar e de ser governado, mas é sempre melhor quando os governados são melhores: por exemplo, o governo exercido sobre o homem é melhor do que o exercido sobre os animais; aquilo que é produzido pelo melhor dá um melhor resultado. Onde um elemento governa e outro é governado, encontram-se numa tarefa determinada.

20

25

Sempre que existe uma combinação de elementos, contínua ou descontínua, para produzir uma realidade com unidade de composição, manifesta-se a dualidade do que governa e do que é governado; e isto, que

30

61

acontece nos seres vivos, releva de uma lei universal da natureza, porque mesmo entre as coisas inanimadas existe, com efeito, alguma autoridade, como sucede por exemplo com a harmonia. Contudo, uma investigação neste âmbito levar-nos-ia além do nosso tema. Em primeiro lugar, um ser vivo é composto pela alma e pelo corpo; o primeiro é o governante por natureza, o segundo, o governado. Deveríamos, de preferência, ver o que é natural nos seres cuja condição é conforme à natureza, e não naqueles em que existe corrupção. Devemos, então, considerar aquele indivíduo que tem as melhores disposições, tanto de alma como de corpo, no qual isto é evidente; porque nos indivíduos que têm uma índole perversa, tem-se a impressão de que é o corpo a governar a alma, devido à condição degradada e desnaturada. Dizemos, pois, que é no ser vivo que primeiro encontramos a autoridade de um senhor ou de um governante. A alma governa o corpo com autoridade de senhor, enquanto a inteligência exerce uma autoridade política ou régia sobre o apetite. Nestes casos é evidente que é não só natural como também benéfico para o corpo ser governado pela alma, tal como a parte afectiva pela inteligência e pela parte que possui a razão; já a paridade entre as duas partes ou a inversão dos papéis seria prejudicial em todos os casos. E, mais uma vez, acontece o mesmo no que diz respeito ao homem e aos outros animais: os animais domésticos são melhores do que os selvagens, e é melhor serem dominados pelos homens, já que assim obtêm a respectiva segurança. Por outro lado, a relação entre o homem e a mulher consiste no facto de que, por natureza, um é superior e a outra inferior, um, governante, outra, governada. (21) O mesmo tem que, necessariamente, ocorrer para toda a humanidade.

Por conseguinte, aqueles homens que se diferenciam entre si, tanto quanto a alma se diferencia do corpo ou o homem do animal (e têm esta disposição aqueles cuja actividade consiste em fazer uso do corpo, e isto é a melhor coisa que podem dar) são escravos por natureza, e para eles é melhor estarem sujeitos a esse tipo de autoridade, se dermos crédito às

distinções acima referidas. É um escravo por natureza aquele que pode pertencer a outro (e é esta a razão por que pertence de facto) e também aquele que participa da razão o suficiente para a apreender sem, contudo, a possuir; os animais distintos do homem nem sequer são capazes de participar da forma sensitiva da razão; apenas obedecem passivamente às impressões. Quanto à utilidade, escravos e animais domésticos pouco diferem; prestam ambos auxílio ao corpo, na medida das nossas necessidades. 25

É intenção da natureza modelar os corpos dos homens livres de modo diferente dos corpos dos escravos, atribuindo a uns a força necessária para os trabalhos pesados e dando a outros a postura erecta e tornando-os impróprios para esse género de trabalhos, mas tornando-os aptos para a vida de cidadão (que se divide em actividades de guerra e de paz). Mas o oposto também ocorre com frequência; há escravos com corpos de homem livre, e outros com almas. (22) Uma coisa é muito clara: se os homens livres se distinguissem apenas pelo corpo, superiorizando-se aos demais como estátuas de deuses, então todos concordariam que todos os inferiores deveriam ser seus escravos. E se tal fosse verdade em relação ao corpo, ainda mais justamente tal distinção se aplicaria à alma; não é, porém, tão fácil ver a beleza da alma como a do corpo. 30 35

É óbvio, então, que uns são livres e outros escravos, por natureza, e que para estes a escravidão é não só adequada mas também justa. 1255a

6. Controvérsia sobre a escravatura.

Não é difícil ver que quem defende o contrário também tem alguma razão. (23) Dizemos 'escravatura' e 'escravo' com um duplo sentido: é que também existem escravos e escravatura em virtude da lei; e essa lei é de certo modo um acordo pelo qual se diz que os despojos da guerra pertencem aos vencedores. Contra a justeza disto muitos dos juristas movem uma "acusação de ilegalidade" (24) semelhante à que fariam contra um orador na assembleia; consideram nocivo que um homem, só porque pode exercer violência e tem uma força superior, faça da sua vítima um 5 10

escravo e um subordinado. Mesmo entre sábios, alguns são desta opinião, outros têm outra.

A causa desta diferença de opinião, e que provoca a sobreposição parcial de argumentos ⁽²⁵⁾, consiste em que, num certo modo, a virtude, quando adquiriu recursos suficientes, tem grande poder de se impor pela força e o vencedor leva sempre a melhor devido à superioridade em algum bem. Por conseguinte, parece que a força não existe sem virtude, e que a discussão visa apenas a questão do que é justo. Portanto, alguns pensam que a justiça reside na benevolência; outros, que a justiça é o poder do mais forte; se estas concepções fossem efectivamente separadas, outros argumentos perderiam toda a força de persuadir, ao pretender que o homem superior em virtude não deveria governar nem dominar. 15 20

Existem ainda outros que tendendo, segundo pensam, para uma certa forma de justiça (já que a lei é uma forma de justiça) consideram que a escravatura na guerra é sempre, e em qualquer parte, justa. Mas contradizem-se porque a causa das guerras pode não ser justa e ninguém pode reconhecer como escravo, de maneira alguma, a quem não o merece ser. Por outro lado, pode suceder que os considerados de mais nobre nascimento se tornem escravos e descendentes de escravos, caso sejam capturados e vendidos. Por esta razão, esses autores não admitem descrever os gregos como escravos, mas apenas os bárbaros. E mesmo assim, quando referem isso, apenas visam o escravo por natureza, de que já tratámos: com efeito, é forçoso reconhecer que alguns são escravos em qualquer parte, enquanto outros em nenhuma. Isto também se aplica aos de nascimento nobre: os gregos olham-se entre si como de nascimento nobre não apenas na sua terra mas em toda a parte; aos bárbaros, consideram-nos nobres apenas nas suas terras, julgando que existem dois tipos de nobreza e de liberdade, um absoluto e outro não absoluto, conforme a frase da Helena de Teodecto: *“Quem se atreverá a chamar-me ser-va, a mim, que tenho descendência divina por ambos os lados?”* ⁽²⁶⁾. 25 30 35

Mas quando afirmam isso, não distinguem entre virtude e vício, nem entre o escravo e o livre, nem tão-pouco entre bem ou mal nascido. É que eles afirmam que, como o homem nasce do homem, e o animal do animal, então os bons nascem dos bons. Mas embora a natureza tenda a este fim, nem sempre é capaz de o atingir. 1255b

É óbvio que a controvérsia tem alguma razão de ser e que nem sempre é verdade que uns sejam escravos por natureza e outros livres. É claro também que tal distinção existe em alguns casos, em que é conveniente e justo que um seja o senhor, e outro o escravo e que um deva ser governado, e o outro exercer o governo para o qual se encontra destinado, a fim de ser de facto um senhor. Mas um exercício errado do poder é contrário aos interesses de ambos; é que a mesma coisa beneficia tanto a parte como o todo, a alma como o corpo, e o escravo é como que uma parte do seu senhor, uma espécie de parte animada do corpo deste, mas uma parte separada. Por esta razão, existe uma convergência de interesse e amizade recíprocas entre o senhor e o escravo que merecem o respectivo estatuto por natureza. Mas quando não é este o caso, e senhor e escravo o são por convenção e violência, sucede o contrário. 10 15

7. O senhor e o escravo.

Resulta manifesto, destas considerações, que não são a mesma coisa o domínio de um senhor e o do governante e que nem todas as formas de governo são as mesmas, como alguns dizem. Com efeito, uma das formas de governo exerce-se sobre homens naturalmente livres, a outra sobre escravos. O governo de uma casa é uma monarquia, a que um só governa toda a casa, enquanto o governo político é exercido pelos que são livres e iguais. 20

Um senhor não é denominado 'senhor' em virtude de possuir uma ciência determinada, mas devido ao facto de o ser, à semelhança do escravo e do livre. Apesar de tudo, pode haver uma ciência do senhor e do escravo, conforme ensinava o mestre de Siracusa que, mediante um

salário, treinava os escravos para os trabalhos correntes. A aprendizagem destas coisas poderia alargar-se ainda mais, por exemplo, à culinária e a outras tarefas desse tipo. Servidores diferentes têm tarefas diferentes, algumas de maior prestígio, outras mais necessárias, e, conforme o provérbio diz “há escravos e escravos, e senhores e senhores”. (27) 25

Todos os conhecimentos deste tipo dizem respeito ao ofício de escravo. Quanto à ciência do senhor consiste em saber servir-se do trabalho dos escravos; ele é senhor não porque adquiriu escravos mas porque sabe utilizá-los. Este ramo do saber, contudo, não tem grande importância ou dignidade, conquanto se saiba como orientar os escravos no desempenho das tarefas que devem executar. Assim, aqueles que não podem ocupar-se pessoalmente deste trabalho, delegam tal tarefa num capataz e dedicam-se à política ou à filosofia. Saber como se adquire escravos é ainda diferente das duas ciências referidas; refiro-me à ciência de adquirir escravos de modo justo, que é uma espécie de conhecimento militar ou cinagético. 30 35

Em relação ao senhor e ao escravo são estas as distinções a fazer. 40

8. A propriedade e a arte de aquisição de recursos na economia.

Podemos agora estudar a propriedade e a crematística de uma maneira geral de acordo com o nosso método, posto que o escravo é parte integrante da propriedade. (28) A primeira questão que poderíamos colocar é: será a crematística o mesmo que a economia, uma parte dela, ou ainda sua subsidiária? E se for subsidiária, apresenta-se da mesma maneira que a fabricação de teares em relação à arte de tecer, ou a fundição do bronze em relação à arte da estatuária? É que estas duas não são subsidiárias da 1256a 5